

Uma Sombra na Educação Brasileira: do ensino regular ao paralelo

Sergio Mariuci / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Brasil ¹

Maricia Da Silva Ferri / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Brasil ²

Vera Lucia Felicetti / Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Brasil ³

INTRODUÇÃO

As aulas particulares são uma prática que funciona em paralelo ao sistema oficial de educação, interferindo, na maioria das vezes, positivamente, no rendimento dos alunos. Entretanto, não recebem a mesma atenção de políticas públicas e pesquisadores. A UNESCO publicou em 1999 a primeira pesquisa de Mark Bray sobre a presença e o significado das aulas particulares em vários países. A esta pesquisa seguiu-se outras publicações e ganhou a atenção de outras instituições voltadas ao fomento da educação. Em 2007, o Instituto Internacional para o Planejamento em Educação (IIEP) realizou um fórum em Paris sobre a temática e adotou o título das publicações de Mark Bray como tema do fórum: *“Confronting the Shadow Education System: What government policies for what private tutoring?”*.

Mark Bray (2009) usa a metáfora “sombra” para abordar o fenômeno das aulas particulares, pois estas só existem em relação ao sistema oficial de ensino, bem como a dimensão de seu tamanho. Quanto maior o sistema educacional maior a procura por aulas particulares. Bray (2009) dá duas outras razões para chamar de “sombra” as aulas particulares, uma é a atenção voltada com maior facilidade ao sistema educacional oficial, outra se refere as suas características, as quais podem ser observadas com maior clareza de detalhes ao passo que tais razões não são denotadas ao que está à “sombra” do sistema oficial de ensino: as aulas particulares. Entretanto, o autor propõe que a observação da sombra, tal qual o relógio solar, nos dá indicativos sobre o tempo, o contexto e outros indicadores em relação ao objeto principal.

Nesta direção, a investigação sobre as aulas particulares, em diversos países, pretende levantar indicadores não apenas sobre esse recurso adicional de aprendizado utilizado pelas famílias, mas também sobre o sistema educacional. O que propõe o estudo de Bray é que se dê maior atenção ao fenômeno das aulas particulares e reconheça-se seu impacto em diversas dimensões do sistema educacional que envolve professores, alunos, famílias e governo.

Mark Bray (2009) destaca que as aulas particulares têm impacto sobre a economia, pois qualifica os alunos como um “capital humano” habilitado para melhor participar do desenvolvimento econômico da sociedade. Para os professores particulares, Bray considera a importância das aulas particulares em termos de ser uma opção de rendimento financeiro e de apoio ao trabalho dos professores do sistema oficial de ensino. Entretanto, o autor também considera que as aulas particulares além de exacerbar a disparidade econômica, podem sobrecarregar as crianças de atividades, furtando-lhes um necessário espaço de tempo para o lazer. Ainda observa o autor que essas aulas podem ser interpretadas, em alguns casos, como uma forma de corrupção que enfraquece a confiança no sistema educacional regular.

De acordo com Bray (2009), muitos países preferem evitar este assunto devido à realidade diversa e complexa que o envolve, os governos relegam ao mercado a regulação ou deixam que se auto gestionem, esquivando-se da responsabilidade. O resultado da pesquisa empreendida por Bray quer exatamente chamar a atenção para esta “sombra” do sistema educacional e revelar como este fenômeno ocorre em vários países. A pesquisa do autor desenvolve-se descrevendo e caracterizando o fenômeno para depois analisar seu entorno contextual. Ela considera somente as aulas particulares do Ensino Fundamental e Médio, excluindo as aulas de artes, esportes, religião e idiomas.

Considerando a realidade em escolas dos três estados do sul do Brasil, a nossa pesquisa busca contribuir para os esforços de Bray no sentido de ampliar o espectro de observação do fenômeno das, aqui denominadas “aulas particulares”. Os dados aqui analisados são oriundos de escolas privadas e públicas caracterizando, assim, diferentes realidades socioeconômicas.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, turma 2011.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Bolsista CAPES, turma 2010.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Bolsista CAPES, turma 2009.

METODOLOGIA

A metodologia usada neste estudo consiste no método misto de pesquisa. Este método permite melhor entendimento do fato estudado, pois, de acordo com Sechrest e Sidane (1995), tanto a metodologia quantitativa quanto a qualitativa descrevem seus dados, constroem argumentos explicativos acerca deles, e também questionam o por quê dos resultados encontrados. Isso implica dizer que o uso de ambos os métodos em uma pesquisa, proporciona combinar técnicas, abordagens, conceitos ou linguagens dentro de um mesmo estudo. Essa combinação enriquece o trabalho, pois amplia a análise e as percepções sobre o encontrado no estudo.

O uso de análise qualitativa e quantitativa foi ao encontro do trabalho proposto, uma vez que o questionário de pesquisa, aqui usado, contemplou questões fechadas e abertas. A análise qualitativa foi realizada com base nos estudos de Moraes e Galiazzi (2007) sob a perspectiva da análise textual. Já para a análise quantitativa foi usado o programa estatístico *Sphinx*.

O questionário de pesquisa foi elaborado no *Sphinx*, o qual permitiu dar ao instrumento de pesquisa um melhor design. O *Sphinx*, além de ser utilizado na análise quantitativa, possibilitou a catalogação das respostas de cunho qualitativo.

O instrumento de pesquisa aqui utilizado foi traduzido e adaptado à realidade brasileira do instrumento utilizado por Bray (2009) em seus estudos apresentados no livro já acima citado. Embora, o questionário tenha sido ajustado à realidade brasileira, fez-se necessário um estudo piloto, ou seja, a aplicação desse instrumento de pesquisa no contexto educacional brasileiro de modo a validá-lo.

Um teste piloto caracteriza-se pelo caráter experimental e é aplicado a uma pequena amostra de participantes. O objetivo do teste piloto, em nosso estudo, foi avaliar aspectos funcionais, tais como pertinência, organização, clareza das questões, de modo a corrigir e/ou melhorar eventuais problemas, antes da aplicação definitiva. Assim, o *feedback* que o teste piloto proporcionou permitiu observar se a redação das questões estava clara a todos os questionados, bem como se as questões tinham o mesmo sentido para todos. (IRAOSI, 2006).

Este teste foi aplicado a alunos oriundos do 1º, 2º, 3º e 4º anos do Ensino Médio, perfazendo uma amostra de 423 estudantes. As escolas destes alunos são privadas e públicas e dividem-se entre os três Estados da região sul do Brasil.

O FENÔMENO DAS AULAS PARTICULARES NO BRASIL

As aulas particulares, no Brasil, nem sempre foram uma “sombra” do sistema educacional oficial, utilizando a metáfora de Bray (2009). Antes que a República fosse assumindo a responsabilidade pela educação pública, a figura dos preceptores configurava a forma quase oficial de ensino entre as famílias brasileiras que tinham condições de arcar com o investimento na educação dos filhos. (Gomes, Pandolfi, Alberti, 2002).

As aulas particulares perduraram como uma “sombra” do sistema oficial na medida em que as escolas não davam conta de uma atenção personalizada das necessidades específicas de cada aluno em termos de aprendizagem. Vale observar que as aulas particulares, no Brasil, são um fenômeno muito mais frequente entre os alunos da rede privada de ensino e, portanto, com condições financeiras de investir no aprimoramento da educação.

O Brasil tem feito significativos avanços em termos de políticas educacionais. Universalizou o acesso à Educação Básica, instituiu meios de financiamento, criou políticas de inclusão e vem investindo na qualificação do Ensino Médio. Entretanto, há muito que fazer ainda, sobretudo no que diz respeito a garantir escola pública de qualidade e garantir oportunidades equânimes para todos os alunos do sistema nacional de ensino. O Brasil ainda convive com a realidade de pais que consideram o estudo como uma perda de tempo e dinheiro, pois querem e precisam de seus filhos para garantir a subsistência por meio de trabalho, ou sub-trabalho remunerado, nesta realidade não há escola e, muito menos, aulas particulares. (Gomes, Pandolfi, Alberti, 2002).

Inúmeros projetos e reformas educacionais têm institucionalizado, garantido e mantido os sistemas de educação no Brasil, principalmente na Educação Básica, na qual o ensino é obrigatório. No entanto, outras formas de ensino têm crescido, tais como cursinhos preparatórios para concursos públicos, para vestibular e para o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Se por um lado, de acordo com Bray (2009), esses novos sistemas surgem como uma complementação adicional à educação formal, no Brasil, as novas formas apresentam-se para suprir as falhas e fraquezas do sistema educacional formal brasileiro.

Atualmente, no Brasil e na maioria dos países, existe o que se chama de educação formal pela qual se entende todos os estabelecimentos de ensino creditados em âmbito Nacional, Estadual ou Municipal de Ensino habilitadas a oferecer

atividades de ensino e aprendizado de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e as normas do Conselho Nacional, Estadual e Municipal de Educação. Estas escolas formam o sistema Educacional do país e recebem toda a atenção das políticas educacionais (Mello, 2004). Assim como relata Bray em sua pesquisa em outros países, também aqui no Brasil não há, por parte do governo qualquer regulamentação em relação às aulas particulares ou também chamadas de aulas de reforço. Claro que as instituições de ensino formal têm papel relevante na sociedade a qual pertencem, pois intervêm no contexto econômico e social das mesmas (Bray, 2009), entretanto, assim como mostra a pesquisa de Bray, as aulas particulares parecem ter significativa influência no aproveitamento dos alunos e, portanto, nos resultados oficiais atribuídos ao sistema oficial de ensino. Daí a importância de se observar qual a dimensão e o impacto das aulas particulares no perfil do aluno e do sistema educacional brasileiro.

Neste sentido, o estudo piloto aqui apresentado, busca, além do *feedback* acerca do instrumento de pesquisa de modo a melhorá-lo e validá-lo, entender a realidade das aulas particulares desenvolvidas no contexto brasileiro. Assim, relata-se a seguir os pré-resultados do estudo piloto acerca do assunto. Também se apresenta as possibilidades de melhoria no instrumento de pesquisa e as perspectivas para futuros estudos.

ANALISANDO OS DADOS DO PRÉ-TESTE

A análise aqui realizada remeteu-se a uma estatística descritiva simples, uma vez que o objetivo cerne deste trabalho foi a (re)organização e validação do instrumento de pesquisa aqui utilizado. As respostas analisadas nos permitiram identificar diversas características relevantes no contexto do questionário em foco, proporcionando tanto o aprimoramento do instrumento de pesquisa como a identificação de diversos fatores relevantes a esta temática.

A primeira, a segunda e a terceira questões são de cunho demográfico, uma vez que se referem à identificação quanto ao sexo, idade, cidade e o Estado brasileiro em que residem os alunos da pesquisa.

Como pode ser observado na figura 1, dos 423 respondentes, 59,6% correspondem ao sexo feminino e 40,0% são do sexo masculino e 0,5% não se identificou quanto ao sexo.

Figura 1/ Sexo / Qual seu sexo?

Não resposta	2	0,5%
Masculino	169	40%
Feminino	252	49,5%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011)

Com relação à idade apresentada pelos respondentes, observa-se que 29,3% têm 18 anos ou mais, apenas 0,5% não identificaram a idade, o restante, representando 70,20% dos alunos, têm menos de 18 anos de idade. Isso pode ser melhor observado na figura 2:

Figura 2 / Idade / Qual sua idade?

Não resposta	2	0,5%
Menos de 14 anos	0	0%
14 anos	9	2,1%
15 anos	94	22,2%
16 anos	99	23,4%
17 anos	95	22,5%
18 anos	46	10,9%
19 o mais	78	18,4%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

A maioria dos alunos reside na mesma cidade em que estudam, uma vez que os questionários foram aplicados em escolas localizadas nos municípios de Toledo, Florianópolis e Porto Alegre, as demais cidades que apareceram

são cidades vizinhas a estas. Denota-se que as cidades mencionadas localizam-se respectivamente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grandes do Sul, contemplando assim, todos os Estados da Região Sul do Brasil. A maioria dos respondentes encontra-se no Estado do Rio Grande do Sul, com um total de 64,5%.

Figura 3: Cidade e Estado onde reside

Não resposta	4	0,9%
Porto Alegre - RS	270	63,8%
Outra	0	0%
Toledo - PR	75	17,7%
Florianópolis - SC	62	14,7%
Governador Celso Ramos - SC	3	0,7%
Sao José - SC	4	0,9%
Biguacu - SC	1	0,2%
Ouro Verde - PR	1	0,2%
Viamão - RS	3	0,7%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

Quanto ao nível de ensino, o foco foi no Ensino Médio e o questionário foi aplicado em turmas de 1º ano, 2º ano e 3º ano, também participou um 4º ano do Magistério. As respectivas quantidades são apresentadas na figura 4. Observa-se que a maioria dos respondentes pertence ao 3º ano do Ensino Médio com um percentual de 34,5%.

Figura 4 / Série que estudam

Não resposta	4	0,9%
1º série (ano)	109	25,8%
2º série (ano)	136	32,2%
3º série (ano)	146	34,5%
4º série (ano)	28	6,6%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

As escolas as quais os respondentes do questionário estudam contemplam a categoria administrativa em pública e privada. Dos 423 alunos, 55,6% pertence à rede privada de ensino, 44,2% estão no ensino público e 0,2% não identificou a categoria administrativa a que pertence como pode ser observado na figura 5.

Figura 5 / Aulas particulares durante o Ensino Fundamental

Não resposta	1	0,2%
Pública Municipal	0	0%
Pública Estadual	187	44,2%
Pública Federal	0	0%
Privada	235	55,6%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

As figuras 6 e 7 referem-se às aulas particulares realizadas no Ensino Fundamental e Ensino Médio, respectivamente.

Figura 6 / Aulas particulares durante o Ensino Fundamental

Não resposta	1	0,2%
Sim	143	31,7%
Não	288	68,1%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

Observa-se que dos 423 respondentes, 68,1% não necessitou de aulas particulares no Ensino Fundamental; um aluno não respondeu e 31,7% tiveram aulas particulares nesse nível de ensino. Destes, 49 alunos tiveram aulas particulares somente na disciplina de Matemática, esta disciplina aparece, também, junto com outras num montante de 51 vezes. Isso significa que, de um total de 134 alunos que tiveram aulas particulares no Ensino Fundamental, 100 necessitaram destas no componente curricular Matemática. A disciplina de Português apresentou 36 dos 134 alunos que necessitaram de aula particular, e a Física teve 17 alunos com aula particular.

Já no Ensino Médio o número de alunos com aulas particulares correspondeu a 117, perfazendo um percentual de 27,7% dos 423 respondentes.

Figura 7 / Aulas particulares no Ensino Médio

Não resposta	5	1,2%
Sim	117	27,7%
Não	301	71,2%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

Observa-se, na figura 6 e figura 7, que tanto no Ensino Fundamental quanto no Ensino Médio a maioria dos alunos não realizou aulas particulares, perfazendo um percentual de 68,1% e 71,2% respectivamente. Entretanto, analisando tais respostas de acordo com a categoria administrativa, figura 8, observa-se que, dos alunos que responderam que tiveram aulas particulares, 86,3% destes correspondem a alunos da rede privada de ensino e o restante 13,7% encontram-se na rede pública, ou seja, dos 117 alunos que tiveram aulas particulares apenas 16 pertencem à rede pública e 101, à rede privada. E dos 301 que não tiveram aulas particulares, 55,8% (168) são do ensino público e 44,2% (133) do privado.

Figura 8 / Categoria administrativa da escola e aulas particulares durante o Ensino Médio

	Não resposta	Pública Municipal	Pública Estadual	Pública Federal	Privada	Total
Não resposta	20%	0%	60%	0%	20%	100%
Sim	0%	0%	13,7%	0%	86,3%	100%
Não	0%	0%	55,8%	0%	44,2%	100%
Total	0,2%	0%	44,2%	0%	55,6%	100%

Fonte / Os autores (2011).

A partir destes dados, é possível constatar que os alunos das escolas públicas e privadas encontram, nas aulas particulares, uma possibilidade de superação das dificuldades de aprendizagem ou, até mesmo, buscam um atendimento mais personalizado. A maioria deles, quando questionado sobre os motivos que os levaram a buscar aulas particulares, respondeu que precisavam “melhorar a nota”, que “não poderia reprovar”. Respostas deste tipo denotam a importância que tais alunos dão a esse tipo de atividade, na maioria das vezes, com ônus para os mesmos.

Na figura 9, constam as disciplinas que compõem os componentes curriculares do Ensino Médio e os respectivos percentuais correspondente ao número de alunos que tiveram aulas particulares durante o ano letivo de 2010 em cada disciplina. Como se pode observar, as disciplinas de Matemática (17,5%), Física (13,9%), Química (11,6%), Língua Inglesa (8,5%) e Língua Portuguesa (4,3%) foram requisitadas para aulas particulares. Esses dados reforçam uma situação que o exame do PISA (2006) tem mostrado sobre o Brasil. Exatamente nas provas de Matemática e Português é que os alunos brasileiros estão entre os piores do mundo. Considerando que essa pesquisa obteve número

entre escolas públicas e privadas de escolas tanto da região urbana quanto da rural, os números absolutos revelam o calcanhar de Aquiles de alunos e professores, a fragilidade do ensino e aprendizagem em relação às habilidades relacionadas ao raciocínio lógico e o domínio da Língua Portuguesa. Com relação à considerável procura por aula de reforço em Inglês, há de se considerar que essa procura foi mais acentuada entre os alunos de escolas particulares e também o fato de o questionário ter considerado como aula de reforço os cursinhos de língua estrangeira oferecidos por escolas de idiomas.

Figura 9 / Disciplinas nas quais os alunos tiveram aulas particulares

Não resposta	30	71,6%
Matemática	74	17,5%
Física	59	13,9%
Química	49	11,6%
Língua Portuguesa	18	4,3%
Língua Inglesa	36	8,5%
Língua Espanhola	4	0,9%
Biología	6	1,4%
Geografía	1	0,2%
História	7	1,7%
Filosofía	1	0,2%
Sociología	2	0,5%
Artes	0	0%
Educação Física	0	0%
Religião	1	0,2%
Total	423	

Fonte / Os autores (2011).

A quantidade de aulas, semanais, usadas nos estudos de recuperação encontra-se indicada na figura 10, destacando-se novamente as disciplinas de Matemática, Química e Física com maior percentual (até 5 aulas semanais), com 14,2%; 12,1% e 9,9% respectivamente. A Língua Inglesa com 4,0% (6 a 10 aulas por semana). A língua estrangeira faz parte do currículo do Ensino Fundamental e Médio. A maioria das escolas tem o inglês como língua estrangeira e, além dessa, oferecem espanhol, no Ensino Médio ou outra língua estrangeira que atenda à legislação vigente. É interessante esse dado da pesquisa que nos aponta 4% dos alunos com aulas particulares de inglês. A pesquisa também nos mostrou que 10,9% dos alunos fazem Curso de Inglês (ver figura 18). É indiscutível a importância da língua estrangeira na formação dos estudantes.

Figura 10 / Quantidade de aulas semanais usadas nas aulas particulares por disciplina

	Não resposta	0 a 5	6 a 10	+ de 10	Total
Matemática	82,5%	14,2%	2,8%	0,5%	100%
Química	87%	12,1%	0,7%	0,2%	100%
Língua Inglesa	92,2%	3,5%	4%	0,2%	100%
Biología	98,3%	1,2%	0,2%	0,2%	100%
História	98,8%	0,7%	0,2%	0,2%	100%
Sociología	99,3%	0,5%	0,2%	0%	100%
Educação Física	99,5%	0,5%	0,0%	0%	100%
Física	89,4%	9,9%	0,5%	0,2%	100%
Língua Portuguesa	96,5%	2,6%	0,9%	0%	100%
Língua Espanhola	99,3%	0,5%	0,2%	0%	100%
Geografía	99,5%	0%	0,5%	0%	100%
Filosofía	99,8%	0,2%	0,2%	0%	100%
Artes	99,8%	0,5%	0%	0%	100%
Religião	99,5%	0,5%	0%	0%	100%

Fonte / Os autores (2011).

Depara-se com uma possível situação de exclusão tendo em vista que nem todas as famílias possuem condições de investir em curso de inglês. Por outro lado, se nossas crianças possuem inglês na escola, desde a 5ª série (algumas escolas privadas oferecem inglês desde a Educação Infantil) e, a maioria delas oferece 2 períodos semanais, por que há necessidade de investimento em curso específico nessa área? Talvez essa análise esteja, também, relacionada aos tempos de aprendizagem, que, nem sempre a escola tem condições de dar conta. O Inglês, no Ensino Médio, precisa considerar a aprendizagem que cada estudante construiu no Ensino Fundamental e aí, temos níveis diferentes de conhecimentos da língua. Uma alternativa encontrada por algumas escolas é a realização de testes de nivelamento que agrupam os alunos de acordo com suas aprendizagens e desempenhos na língua estrangeira. Mas, não podemos deixar de considerar que isso é exceção. Sabemos da realidade das escolas públicas que, muitas vezes, ficam meses sem professor de língua estrangeira.

Figura 11 / Quantidade de alunos que participaram das aulas particulares

Não resposta	305	72,1%
Somente eu	62	14,7%
2	12	2,8%
3	11	2,6%
4	5	1,2%
Mais de 4	28	6,6%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

Na figura 11, pode-se observar se as aulas particulares foram individuais ou não. A maioria desses alunos teve aula sozinho, com um percentual de 14,7%. Destaca-se aqui que um percentual de 6,6% dos alunos que responderam que tiveram as aulas particulares com mais de 4 alunos. Observa-se que, de acordo com a soma dos respondentes, a quantidade de alunos que assinalaram terem tido aulas particulares, conforme figura 7 foram 117 e na figura 11 a soma perfaz 118, pode-se concluir que um aluno equivocou-se ao responder uma das duas questões.

A quantidade de horas usadas nas aulas particulares durante a semana teve como maior percentual de 1 a 4 horas por semana, como pode ser observado na figura 12.

Figura 12 / Horas usadas por semana com aulas particulares

Não resposta	308	72,8%
De 1 a 4 horas por semana	98	23,2%
De 5 a 8 horas por semana	12	2,8%
De 9 a 12 horas por semana	4	0,9%
De 13 a 16 horas por semana	1	0,2%
Mais de 16 horas por semana	0	0%
Total	423	100%

Fonte / Os autores (2011).

A maioria dos respondentes que teve aulas particulares, assinalaram que estas foram ministradas por um professor particular. Isso está indicado na figura 13, na qual se observa o percentual de 26,5%. Verifica-se, também, na figura 13 que de acordo com a soma dos respondentes, a quantidade de alunos que assinalaram que tiveram aulas particulares, conforme figura 7 foram 117 e na figura 13 a soma perfaz 118, pode-se concluir que um aluno equivocou-se ao responder uma das duas questões.

Figura 13 / Quem ministrou as aulas particulares

Não resposta	305	72,5%
Um professor particular	112	26,5%
Um colega	1	0,2%
Um amigo/a	2	0,5%
Alguém da família	3	0,7%
Total	423	100%

Fonte / Autores (2011).

Quanto ao pagamento das aulas, a maioria dos respondentes que assinalaram que tiveram aulas particulares, disseram que houve pagamento, perfazendo um total de 23,6%. Verifica-se, ainda, na figura 14 que de acordo com a soma dos respondentes, a quantidade de alunos que assinalaram terem tido aulas particulares, conforme figura 7 foram 117 e na figura 14 a soma desses respondentes perfaz 119, pode-se concluir que houve dois alunos que se equivocaram ao responder uma das duas questões.

Figura 14 / Pagamento à pessoa que ministrou as aulas particulares

Não resposta	304	71,9%
Sim	100	23,6%
Não	19	4,5%
Total	423	100%

Fonte / Autores (2011).

Na figura 15, está indicado o lugar onde as aulas particulares foram realizadas. A maioria dos respondentes, 8,5%, disse que as aulas ocorreram na casa de quem as ministrou; depois, 7,3% dos respondentes tiveram as aulas particulares em uma agência específica de aulas; 7,1% responderam que as aulas foram dadas em suas casas; e por fim comentase que 4,8% dos alunos tiveram as aulas particulares em outro lugar. Pode-se pensar que este outro lugar remete-se a entidades e/ou Organizações Não-Governamentais, uma vez que o percentual (4,5%) de alunos que não pagaram pelas aulas é muito próximo às aulas ministradas em lugar diferente dos aqui mencionados.

Figura 15 / Lugar onde as aulas particulares ocorreram

Não resposta	306	72,3%
Em minha casa	30	7,1%
Na casa de quem deu as aulas particulares	36	8,5%
Em uma agência (lugar específico)	31	7,3%
Outra	20	4,8%
Total	423	100%

Fonte / Autores (2011).

Na figura 16, pode-se observar o percentual de quem quis que as aulas particulares ocorressem. Esse resultado aponta o desejo dos próprios alunos com o maior percentual (21,7%), em segundo lugar, aparecendo “por vontade dos pais” (8,3%).

Figura 16 / Quem quis que as aulas particulares ocorressem

Não resposta	305	72,1%
Meus pais	35	8,3%
Eu mesmo	92	21,7%
O professor da disciplina	5	1,2%
Outra pessoa	2	0,5%
Quem?	1	0,2%

Fonte / Autores (2011).

Na questão referente ao momento em que as aulas particulares ocorreram, destacam-se as disciplinas de Matemática e Física, que tiveram os dados indicando que a maioria dos alunos teve as aulas de Matemática em véspera de prova e com mesmo percentual no decorrer da disciplina. Já, na disciplina de Física, a maioria estuda em véspera de prova. A disciplina de Língua Inglesa aparece com um percentual 7,6% das aulas no decorrer da disciplina. Analisando e comparando os dados apresentados na figura 9 e na figura 10 com os da figura 17, observa-se que a disciplina de Língua Inglesa aparece tendo um percentual de 8,5% de aulas particulares, a mesma disciplina tem um percentual de 4,0% no item quantidade de horas semanais (de 6 a 10 horas de aula particular por semana) e os dados apontam esta disciplina tendo um percentual de 7,6% das aulas particulares no decorrer da disciplina. Pode-se conjecturar destes dados que de fato as aulas de Inglês em cursos de línguas foi considerado pelos alunos como aulas particulares. Os dados podem ser melhor observados na figura 17:

Figura 17 / Momento em que as aulas particulares ocorreram

	Não resposta	Em véspera de prova	Em véspera de prova de recuperação	No decorrer da disciplina	Total
Matemática	80,7%	8,1%	3%	8,1%	100%
Física	85,7%	4,7%	3%	6,5%	100%
Química	88,3%	3,5%	3,1%	5,2%	100%
Língua Portuguesa	95,8%	1,4%	0,7%	2,1%	100%
Língua Inglesa	92%	0,5%	0%	7,6%	100%
Língua Espanhola	98,8%	0,5%	0,2%	0,5%	100%
Biologia	98,6%	0%	0,5%	0,5%	100%
Geografia	99,5%	0%	0%	0,5%	100%
História	98,3%	0,5%	0%	1,2%	100%
Filosofia	99,8%	0%	0%	0,2%	100%
Sociologia	99,5%	0,2%	0%	0,2%	100%
Artes	100%	0%	0%	0%	100%
Educação Física	100%	0%	0%	0%	100%
Religião	99,8%	0%	0,2%	0%	100%
Total	95,5%	1,4%	0,8%	2,4%	100%

Fonte / Autores (2011).

A resposta dada à última questão, a qual diz respeito à realização de cursinho durante o ano letivo, aponta que a maioria dos respondentes que sinalizaram a realização de algum tipo de cursinho, está na opção vestibular, com um percentual de 15,6%, em seguida as Línguas Estrangeiras com 10,9% dos alunos. Os demais índices referem-se a outros cursinhos, que não fazem ou aos que não responderam, como pode ser observado na figura 18.

Figura 18 / Cursinho preparatório

Não resposta	122	28,8%
ENEM	12	2,8%
Vestibular	66	15,6%
Forças Armadas	3	0,7%
Línguas Estrangeiras	46	10,9%
Outro	5	1,2%
Não fiz/faço	193	45,6%
Total	423	

Fonte / Autores (2011).

Além das questões fechadas acima analisadas, têm-se as de cunho aberto. Estas se remetem a questões de ensino e aprendizagem, pois quando questionado aos alunos quais os motivos que os levaram a ter aulas particulares, as respostas que emergiram foram *“a dificuldade de entendimento dos conteúdos/matéria”*; *“as notas baixas nas disciplinas”*; *“porque sofreu um acidente e perdeu muitas aulas”*; *“por insistência dos pais”*; *“como preparação para o ENEM e o vestibular”*; *“para não reprovar na disciplina”*. Destaca-se que somente um aluno respondeu que foi *“pela vontade de aprender mais”*. Estas falas refletem um processo de ensino e aprendizagem não ocorrendo satisfatoriamente, pois, de acordo com as respostas na questão que reporta-se ao que fizeram nas aulas particulares, tais respostas apresentam o processo de ensino e aprendizagem sendo melhor trabalhado.

Os alunos em suas falas deixam evidente que nas aulas particulares a resolução dos exercícios é mediada por explicações melhor detalhadas bem como o acompanhamento na realização desses exercícios é dado minuciosamente facilitando, então, o entendimento e a compreensão dos conteúdos. Apontam, ainda, os respondentes, que há esclarecimento de dúvidas, ou seja, ocorre um processo dialógico maior do que o da aula regular. Os trabalhos e a realização dos exercícios têm o acompanhamento do professor passo a passo.

Sendo assim, os respondentes evidenciam que as aulas particulares foram boas e ajudaram no entendimento do conteúdo/matéria. Isto representa um processo de ensino e de aprendizagem ocorrendo uma vez que se *“ensina e se aprende”*.

Estes resultados apontam a necessidade de se falar em vantagens e limitações do reforço escolar. Como os próprios estudantes da pesquisa disseram “*aprendi melhor o conteúdo*”, “*consegui entender a matéria*”. Certamente, um trabalho individual, com a atenção do professor voltada ao aluno, com o objetivo de sanar suas dúvidas, tende a alcançar bons resultados.

O atendimento individual é relevante, uma vez que os alunos são diferentes e aprendem de forma diferente. Há a necessidade de um atendimento e/ou acompanhamento mais próximo ao aluno, por parte do professor, pois assim é possível o professor perceber como o aluno está desenvolvendo o seu pensamento acerca de determinado conteúdo. Mas para isso, de acordo com Felicetti (2007, p. 113-114):

[...] o professor não pode ficar sentado esperando que algum aluno o solicite, mas sim, transitar por entre eles, acompanhando-os no desenvolvimento das atividades, observando como pensam. Esta prática contribui para a disciplina e o bom andamento das aulas. O aluno sente o interesse do professor para com a sua aprendizagem.

Assim, segundo a autora, há a possibilidade de um atendimento individual mesmo durante o período de aula, e esse acompanhamento/atendimento individual é relevante na fala de alguns alunos: “*Aprendi as matérias que tenho dificuldade, e que no colégio com muita gente não foi possível entender nenhuma explicação e realizar exercícios e provas.*” “*Os conteúdos foram melhor explicados do que pelo professor da matéria e de uma forma mais simples e rápida*”.

Além desse acompanhamento ao aluno em sala de aula, Felicetti (2007) escreve que as aulas expositivas dialogadas, principalmente nas aulas de Matemática, contribuem para com melhores resultados na aprendizagem dos alunos nessa disciplina. Uma aula expositiva dialogada, segundo a autora, proporciona a construção da compreensão de um determinado conteúdo conjuntamente entre professor e aluno, pois o aluno sente-se mais à vontade para questionar, ele pode explicar como entendeu com suas palavras e assim consolidar a aprendizagem. Isso é claro na resposta de um aluno: “*Perguntei, tirei as dúvidas e tentei entender melhor, de forma mais clara cada matéria*”. Dessa forma, tanto o acompanhamento quanto a aula expositiva dialogada contribuem para diminuir o fracasso escolar.

Para Charlot (2000, p. 9) a questão do fracasso escolar se configura em “um campo saturado de teorias construídas e opiniões de senso comum” e, para dar conta dela, ele procurou abordar “[...] essa questão clássica na perspectiva da relação com o saber na escola”.

Charlot (2000, p. 16) reconhece que existem

[...] alunos que não conseguem acompanhar o ensino que lhes é dispensado, que não adquirem os saberes que supostamente deveriam adquirir, que não constroem certas competências, que não são orientados para a habilitação que desejariam, alunos que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem, agressão.

No entanto, continua ele: “É o conjunto desses fenômenos, observáveis, comprovados, que a opinião, a mídia, os docentes agrupam sob o nome de ‘fracasso escolar.’”.

Charlot (2000, p. 16) chama a atenção, afirmando: “O fracasso escolar não existe; o que existe são alunos em situação de fracasso”. Neste sentido, as aulas particulares representam um caminho para o não fracasso escolar, uma vez que os próprios alunos participantes destas aulas argumentam que as tiveram para “*Enfatizar o aprendizado e não repetir o ano*”. “*Para não ter que pegar recuperação porque eu vou mal na escola, não sei a matéria*”. “*Eu queria aprender e passar de ano*”. “*Porque tinha notas ruins*”.

Observa-se que as aulas particulares são uma realidade no Ensino Fundamental e Médio brasileiro, não tendo o acentuado caráter competitivo apontado por Bray (2009), mas sim a necessidade de sucesso na disciplina, logo na escola. Alguns aspectos relevantes podem ser denotados dos dados acima analisados, dentre eles as disciplinas que tiveram maior quantidade de aulas particulares, a não remuneração das aulas, entre outros. Esses dados podem ser desencadeadores de novos e melhores estudos a esse respeito. Para tanto, aponta-se conjecturas e refutações ao questionário de modo a melhorá-lo.

CONJECTURAS E REFUTAÇÕES: um novo questionário

O instrumento de pesquisa usado no teste piloto aqui apresentado necessita de aprimoramento em alguns pontos. Por exemplo, o aluno que marcou que teve estudos de recuperação no Ensino Fundamental e que não teve no Ensino Médio continuou marcando da questão 11 ou 13 em diante. Acredita-se que o aluno pensou que essas questões

estavam relacionadas com aquelas aulas tidas no Ensino Fundamental e não com a questão relacionada com as aulas particulares realizadas durante o Ensino Médio. Dessa forma, o número de alunos respondentes do sim na questão 8 que refere-se a aulas particulares tidas fora da escola quando no Ensino Médio não fecha com as questões acerca de quem ministrou as aulas ou se houve pagamento, ou seja, 15 alunos responderam que tiveram aulas particulares neste ano, no entanto, teve-se 21 respostas apontando quem deu as aulas particulares, bem como 21 respostas indicando se houve ou não pagamento. Portanto, entre as questões 8 e 9 há a necessidade de uma nota explicativa, por exemplo, se você respondeu **não** na questão 8, pule para a questão 21.

Alguns resultados estimulam a curiosidade. Por exemplo, o não pagamento pelas aulas particulares, sendo que estas foram dadas por professores particulares. Assim, uma nova questão, logo abaixo da que se refere ao pagamento, pode ser acrescentada: se você respondeu "**não**" na questão anterior, assinale se as aulas foram ministradas por professor voluntário e/ou colaborador.

A questão 17, que refere-se ao lugar onde as aulas foram ministradas, apresentou o item outra como a maior opção de resposta. Isso pressupõe que novos itens podem ser acrescentados nessa questão, como por exemplo, em um centro comunitário, em uma associação, em um clube, uma igreja ou até mesmo na própria escola, pois algumas instituições podem organizar as aulas de reforço escolar.

Justifica-se o acréscimo das opções professor voluntário e/ou colaborador, bem como dos itens centro comunitário, associação, clube, igreja ou escola, pois a questão que aborda a questão do pagamento pelas aulas, a realização destas em outro lugar, diferente dos indicados no questionário, e a participação de mais de 4 alunos nas aulas, remetem a conjecturar que a possibilidade dessas aulas terem sido ministradas por voluntários é grande.

A análise dos dados realizada e apresentada acima necessita ser melhor tratada no banco de dados. Por exemplo, relacionar a idade com a série; relacionar as aulas particulares tidas no Ensino Fundamental com as do Ensino Médio; fazer um comparativo entre os estados.

O trabalho aqui apresentado parece ser estimulador a uma pesquisa de cunho maior, uma vez que o aprimoramento do questionário, por meio deste teste piloto é possível, caracterizando, assim, a validade do instrumento.

De conjecturas e refutações acerca do instrumento de pesquisa tem-se um novo instrumento, capaz este de informar com melhor clareza as questões de pesquisa nele intencionadas. Logo, os objetivos pretendidos a este estudo foram contemplados, uma vez que identificou a existência de aulas particulares no contexto educacional brasileiro e algumas possíveis relações, bem como identificou possíveis dúvidas aquando ao entendimento das questões pelo público alvo, e proporcionou melhorar e validar o instrumento de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual seria o tamanho da sombra e o que essa sombra revela do sistema educacional do país? Essa pergunta foi uma das motivações de Marck Bray (2009) em sua pesquisa e a amostragem de nossa pesquisa também tem muito a dizer sobre a realidade educacional Brasileira.

A análise das respostas objetivas e subjetivas de nossa pesquisa nos permite dizer que assim como ocorre em outros países, no Brasil o reforço escolar tem sido uma opção de inclusão educacional e de superação de deficiências da escola regular, seja ela pública ou privada.

Pais e alunos buscam, nas aulas de reforço, alternativas para suprir dificuldades de aprendizagem e/ou buscar aprimoramento, por exemplo, em cursos paralelos como os de língua estrangeira ou preparatórios para o vestibular ou para o ENEM. Entendemos que esse sistema requer investimento e que não são todos os que conseguem ter esse recurso. Parece-nos que esse sistema paralelo reforça as desigualdades no processo de escolarização que, por sua natureza, já é desigual.

Sem dúvida, as aulas particulares atualmente, formam uma rede de relações paralela ao sistema escolar formal e, ao mesmo tempo, são conhecidas e reconhecidas por ele. A partir do teste de Bray, que aplicamos, constatamos que a própria escola indica aos alunos a procura de aulas particulares. Sabemos da realidade escolar, na qual as salas de aula possuem cerca de 30 alunos ou mais. Entendemos que as crianças e os adolescentes possuem diferentes tempos e formas de aprendizagem. Entendemos, também, que é muito difícil, na atual estrutura escolar, dar conta desses fatores que influenciam diretamente na aprendizagem.

A partir dessa pesquisa, percebemos que são muitas as possibilidades de aprofundamento e discussão: formação de professores, qualidade da escola, infra-estrutura, currículo, função da escola contemporânea, etc. Não nos cabe, aqui,

o aprofundamento desse debate. Nosso objetivo foi a validação da pesquisa elaborada por Mark Bray e as temáticas acima relacionadas ficam como sugestão para próximos estudos.

Acreditamos que um dos desafios da educação é organizar uma escola que seja, ao mesmo tempo, de qualidade e democrática, isto é, que não ofereça aos pobres uma escolaridade inferior, mas que efetivamente consiga que os alunos, mesmo socialmente desprivilegiados, aprendam.

Referência

Brasil. (1996). *Lei nº 9394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases Nacionais. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, ano CXXXIV, n.º 248, 23/12/96, pp. 27833-27841.

Bray, M. (2009). *Confronting the Shadow Education System: What government policies for what private tutoring?* Paris: UNESCO, Publishing, IIEP Policy Forum.

Bray, M. (1999). The Shadow Education System: private tutoring and its implication for planners. *Fundamentals of Educational Planning*, n.61. Paris: IIEP – UNESCO. Disponível em: <<http://unesdoc.org/images/0018/001802/180205e.pdf>> Acesso em: 01 de ago. de 2009.

Charlot, B. (2000). *Da relação com o saber – Elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Editora Artmed.

Felicetti, V. L. (2007). *Um estudo sobre o problema da matofobia como agente influenciador nos altos índices de reprovação na 1ª série do Ensino*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Gomes, Â. de C., Pandolfi, D. C. (2002). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Iraossi, G. (2006). *The Power of Survey Design: A User's Guide for Managing Surveys, Interpreting Results, and Influencing Respondents*. Washington, D.C.: The World Bank.

Mello, G. N. de. (2004). *Educação Escolar Brasileira: o que trouxemos do século XX?* São Paulo: Artmed.

Moraes, R.; Galiazzi, M. do C. (2007). *Análise Textual Discursiva*. Ijuí: Editora UNIJUÍ.

Organização das Nações Unidas. (2001). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). *Informe sobre desarrollo humano 2001: poner el adelanto tecnológico al servicio del desarrollo humano*. México, Ediciones Mundi-Prensa, 2001. Disponível em: <<http://www.pnud.org>> Acesso em: 20 de jul. de 2011.

Pisa. In: SBPC – *Jornal da Ciência – Órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. Rio de Janeiro, 03 de dez. 2006.

Santos, B. S. (1997). Uma concepção multicultural de direitos humanos. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 39.

Sechrest, L., Sidana, S. (1995). Quantitative and qualitative methods: Is there an alternative? *Evaluation and Program Planning*, v. 18, p. 77-87.

Datos de los Autores

Sergio Mariuci. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. turma 2011. Mestrado em Educação pela Boston College – USA e Coordenador Pedagógico da Faculdade IDC em Porto Alegre – RS

Maricia Da Silva Ferri. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES, turma 2010. Porto Alegre – RS.

Vera Lucia Felicetti. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul com estágio doutoral na Universidade do Texas – EUA. Bolsista CAPES, turma 2009. Porto Alegre – RS